

# GAZETA DO POVO

## Efetividade da lei depende de acordo setorial

08/08/2011 | AGÊNCIA ESTADO

Para ter um efeito prático, a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) ainda depende de um acordo setorial que começou a ser elaborado em abril deste ano, com a criação de um comitê do governo federal que ficou responsável pelo trabalho de implementação da nova política de descarte de lixo no país.

O chamado Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos é formado por grupos temáticos que discutem como será a logística reversa de cada tipo de produto, incluindo o de eletrônicos como os que estão guardados atualmente nas casas de muitas pessoas por falta de um destino correto ou que são descartados no lixo comum.

### Debate

O grupo temático sobre eletroeletrônicos, que inclui setores do governo, da indústria, dos municípios e representantes de ONGs e de catadores, se reuniu três vezes desde maio e espera começar a trabalhar o acordo setorial a partir de uma primeira proposta que ainda será apresentada pela indústria de eletrônicos no dia 25.

A discussão está só começando e deve se estender por seis meses pelo menos. O coordenador do grupo temático, Alexandre Comin, espera que o texto esteja fechado até janeiro e possa ser enviado para consulta pública logo em seguida. Até lá, muitas dúvidas ainda terão de ser esclarecidas.

“Quem vende deve ser obrigado a receber o mesmo tipo produto? É esse tipo de coisa que a proposta do acordo deve definir”, disse Comin, que é diretor do departamento de competitividade industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A opinião da indústria é de que é preciso criar modelos diferentes de coleta para cada tipo de eletroeletrônico, divididos nas linhas branca (produtos como geladeira, freezer, lava-roupa, ar-condicionado), marrom (televs, DVDs, VHS, equipamentos de áudio), verde (computadores, impressoras, celular) e azul (eletrodomésticos menores, como batedeira, liquidificador, ferro de passar).

Ou seja, uma loja que vende computador não poderia receber nem se responsabilizar por dar um destino correto a uma geladeira velha, por exemplo.

O relator do grupo temático, André Luís Saraiva, afirma que o próximo passo é encomendar estudos técnicos para levantar qual o tamanho do lixo eletroeletrônico do país, quantos aparelhos são descartados em cada estado e fazer um mapeamento das empresas que reciclam esse tipo de material.

“Depois queremos fazer um projeto piloto, em alguma cidade, com alguns produtos. Acho que a partir de outubro já teremos resultados desse teste, que pode ser ampliado”, disse Saraiva, que é diretor de responsabilidade socioambiental da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

### **Crítica**

#### **Reciclagem não pode se autorregular**

A pesquisadora Angela Cassia Rodrigues, que estuda o tema e tem um projeto de pesquisa para identificar como os paulistanos usam, guardam e descartam 26 tipos de eletroeletrônicos, critica a falta de prazos e metas na legislação brasileira. Apesar do crescimento no número de cooperativas que dão um destino ao lixo eletrônico, “as pessoas não sabem o que fazer com os produtos velhos e guardam na esperança de fazer algo com eles no futuro.” Para ela, que é doutoranda da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, “não se pode deixar que o mercado de reciclagem se autorregule”, afirma. “Dentre os resíduos de eletroeletrônicos, existem partes que têm valor econômico, outras que têm custo elevado de tratamento e logística e que, por este motivo, normalmente acabam sendo destinadas a locais inadequados.”

Fonte: A Gazeta do Povo

<http://www.gazetadopovo.com.br/tecnologia/conteudo.phtml?tl=1&id=1155502&tit=Efetividade-da-lei-depende-de-acordo-setorial>